

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANDRÉ LUÍS BAIÃO SENA

ENTRAVES E DESAFIOS, ENFRENTADOS PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
DE MARAGOGIPE, EM PARCERIA COM ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES
CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018

SÃO FRANCISCO DO CONDE 2022

ANDRÉ LUÍS BAIÃO SENA

ENTRAVES E DESAFIOS, ENFRENTADOS PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL
DE MARAGOGIPE, EM PARCERIA COM ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES
CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Administração Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Prof.^a M.^a Jacqueline Rios. Fonteles Albuquerque.

SÃO FRANCISCO DO CONDE 2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas da Unilab Catalogação de Publicação na Fonte

S477e

Sena, André Luís Baião.

Entraves e desafios, enfrentados pela Guarda Civil Municipal de Maragogipe, em parceria com ICMBIO no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018 / André Luís Baião Sena. - 2022.

56 f.: il., color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientadora: Prof.^a M.^a Jacqueline Rios Fonteles Albuquerque.

1. Crimes contra o meio ambiente - Maragogipe (BA) - 2015-2018. I. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. II. Maragogipe (BA). Guarda Municipal e Defesa Civil. III. Título.

BA/UF/BSCM CDD 345.81420242

ANDRÉ LUÍS BAIÃO SENA

ENTRAVES E DESAFIOS, ENFRENTADOS PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIPE, EM PARCERIA COM ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018

Monografia apresentada ao curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Data de aprovação: 25/11/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.^a Jacqueline R. F. Albuquerque (Orientadora)

Centro Universitário Estácio do Ceará - ESTÁCIO/CE

Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Guimarães Callado

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. M.e Heber José Teófilo de Moura

Centro Universitário Estácio do Ceará - ESTÁCIO/CE

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois me concedeu o dom da vida, fazendo com que os meus objetivos fossem alcançados durante esses anos de estudos em que, gozando de plena saúde, mesmo tendo passado por muitos momentos difíceis, adquiri determinação necessária para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Aos familiares e amigos, em especial aos colegas de farda Guerreiro e Rebouças, por estarem ao meu lado, em apoio e orientação, contribuindo, assim, para a realização deste trabalho; aos meus pais, especialmente (in memoriam) a minha amada Mãe, que nos deixou durante minha caminhada em busca deste sonho; aos meus irmãos; esposa e filha que me incentivaram nos momentos difíceis, em que, por diversas vezes, pensei em desistir. Aos colegas que, junto a mim, caminharam na busca deste mesmo sonho, pela amizade incondicional, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período que me dediquei na construção desta pesquisa.

A minha querida professora M.a. Jaqueline Rios Fonteles Albuquerque, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado sua função com maestria e dedicação; aos professores que fizeram parte desta caminhada, pelos ensinamentos que me permitiram um melhor desempenho na minha formação profissional durante todo o período cursado.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram na construção deste feito.

"É nosso dever defender e preservar o meio ambiente, criado e entregue por Deus para desfrute e uso comum de todos os seres vivos, essencial à sadia qualidade de vida."

Marcos Alves de Andrade

RESUMO

O aumento populacional e a acentuação dos descasos com o meio ambiente, novas medidas cautelares precisaram ser implementadas com o objetivo de mitigar os impactos resultantes da relação desarmoniosa entre o homem e a natureza. Entre os atores envolvidos, os gestores públicos, têm a prerrogativa de implementar parcerias e políticas sociais e educacionais sustentáveis para melhorar tal realidade. Por isso o presente trabalho foi elaborado, ou seja, objetivou compreender os entraves e desafios enfrentados pela GCM, no triênio 2015-2018, no combate aos crimes contra o meio ambiente no Município de Maragogipe, ao passo que propõe apresentar os benefícios da parceria com ICMBio no combate aos crimes contra o meio ambiente. O estudo caracteriza-se como uma pesquisa, quanto à abordagem, como uma pesquisa qualitativa; quanto à natureza como uma pesquisa básica; quanto aos objetivos como um estudo descritivo e exploratório; quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica; é também um estudo de caso, os quais tinham a finalidade de executar as atividades de proteção ambiental, trata-se de uma pesquisa de campo, pois ocorreu aplicação de um questionário. O resultado da pesquisa encontrou entraves, a insuficiência de instrumentos para aplicação das infrações, além do baixo investimento na realização de treinamentos, equipamentos de proteção individual e coletivo insuficientes. A quantidade de agentes era insuficiente para a realização das atividades e nenhum incentivo financeiro, como forma de gratificação pelo desempenho das atividades. Os benefícios da parceria entre a GCMM e o ICMBio foi a garantia e o aumento do monitoramento das áreas vista que, a presença dos agentes realizando rondas possibilitou a identificação dos principais crimes cometidos, bem como a inibição de atos maléficos. Os crimes mais recorrentes contra o meio ambiente são: a quebra de embargos, pesca no período de defeso das espécies, uso de apetrechos inadequados e uso de explosivos.

Palavras-chave: Crimes contra o meio ambiente - Maragogipe (BA) - 2015-2018. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Maragogipe (BA). Guarda Municipal e Defesa Civil.

ABSTRACT

The population increase and the accentuation of neglect with the environment, new precautionary measures needed to be implemented with the objective of mitigating the impacts resulting from the disharmonious relationship between man and nature. Among the actors involved, public managers have the prerogative to implement partnerships and sustainable social and educational policies to improve this reality. That is why the present work was elaborated, that is, it aimed to understand the obstacles and challenges faced by the GCM, in the 2015-2018 triennium, in the fight against crimes against the environment in the Municipality of Maragogipe, while it proposes to present the benefits of the partnership with ICMBio in the fight against crimes against the environment. The study is characterized as a research, regarding the approach, as a qualitative research; as to nature as a basic research; regarding the objectives as a descriptive and exploratory study; as for the procedures, it is a bibliographic research; it is also a case study, which had the purpose of carrying out environmental protection activities, it is a field research, as a questionnaire was applied. The result of the research found obstacles, the lack of instruments for the application of infractions, in addition to the low investment in training, insufficient individual and collective protection equipment. The number of agents was insufficient to carry out the activities and there was no financial incentive as a form of gratification for carrying out the activities. The benefits of the partnership between GCMM and ICMBio was the guarantee and increased monitoring of the areas, given that the presence of agents carrying out rounds made it possible to identify the main crimes committed, as well as the inhibition of harmful acts. The most recurrent crimes against the environment are: breaking embargoes, fishing during the species' closed season, use of inappropriate equipment and use of explosives.

Keywords: Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation. Crimes against the environment - Maragogipe (BA) - 2015-2018. Maragogipe (BA). Municipal Guard and Civil Defense.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GCM - Guarda Civil Municipal

GCMM - Guarda Civil Municipal de Maragojipe

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

CF – Constituição Federal

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

MMA - Ministério do Meio Ambiente

UCS - Unidades de Conservação

RESEX – Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape

EPIS – Equipamentos de Proteção Individual

EPCS – Equipamentos de Proteção Coletivo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	GUARDA CIVIL MUNICIPAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O MEIO AMBIENTE	13
2.2	PARCERIA COM O INSTITUTO CHICO MENDES – ICMBIO	15
2.3	A IMPORTÂNCIA DA GUARDA MUNICIPAL NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	17
3	METODOLOGIA	19
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	22
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS	22
4.1.1	Gênero sexual	22
4.1.2	Faixa etária	22
4.1.3	Tempo de serviço	23
4.1.4	Escolaridade	24
4.2	ENTRAVES ENFRENTADOS PELA GUARDA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE E ICMBBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018	24
4.2.1	Os agentes da GCMM dispunham de instrumentos para as aplicações das infrações	25
4.2.2	Ocorreu treinamentos ou cursos de qualificação durante o período de 2015-2018?	26
4.2.3	Disponibilização de EPIs e EPCs?	27
4.2.4	Quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio era suficiente para a execução dos trabalhos?	28
4.2.5	Programa de incentivo financeiro por desempenho de atividade?	30
4.3	BENEFÍCIOS DA PARCEIRA DA GUARDA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE COM O ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018	31
4.3.1	Realização de educação ambiental?	31
4.3.2	Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para o trabalho de fiscalização ambiental?	33
4.3.3	Aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX?	34
4.4	CRIMES MAIS RECORRENTES CONTRA O MEIO AMBIENTE IDENTIFICADO PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIPE	36
4.4.1	Intensificações das atividades durante período de defesos das espécies?	36

4.4.2	Diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos?	37
4.4.3	Monitoramento de locais por denúncias?	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	43
7	LIMITAÇÕES	44
	Referências	45
	Apêndices	47
	Anexos	52

1 INTRODUÇÃO

A proteção ao meio ambiente e sustentabilidade assume, hoje, uma atenção redobrada e uma reflexão de caráter global, haja visto o quadro em que se encontra o planeta, os efeitos negativos enfrentados pelo ser humano. Esses problemas não são novos, são frutos de anos de negligência na preservação ambiental, sendo consenso que a continuação do atual modelo pode, em breve, viabilizar a descontinuidade da vida humana no planeta.

O que se verifica atualmente é um perfeito desequilíbrio, cada vez mais avassalador na utilização dos recursos ambientais; assim, as ações que visam a defesa do meio ambiente são consideradas urgentes. Neste sentido, todos devem agir para garantir um ambiente equilibrado. A partir desta premissa, os órgãos de Estado têm papel primordial na adoção da nova agenda preservacionista, pois estes são os reguladores dos limites da sociedade. Diante do exposto, pergunta-se: quais os entraves e desafios enfrentados pela Guarda Civil Municipal no combate aos crimes contra o meio ambiente? E quais os entraves e desafios enfrentados pela Guarda Municipal para a gestão do meio ambiente no município de Maragogipe?

Portanto, o objetivo geral deste estudo é compreender os entraves e desafios enfrentados pela Guarda Civil Municipal, no triênio 2015-2018, no combate aos crimes contra o meio ambiente no Municipal de Maragogipe. Como objetivo específico pretende-se:

- a) demonstrar a atuação da Guarda Civil Municipal na proteção do meio ambiente, em parceria com o Instituto Chico Mendes ICMBio, no triênio 2015-2018;
- b) identificar as atividades fiscalizatórias realizadas pelos agentes da Guarda
 Civil Municipal de Maragogipe;
- c) expor os crimes mais recorrentes contra o meio ambiente identificado pela Guarda Civil Municipal de Maragogipe.

Assim, a importância de estudar o tema proposto é essencial para uma reflexão acerca dos mecanismos de preservação ambiental, visto que é necessário estabelecer caminhos que possam propor mudanças rápidas e substanciais, assim como apresentar projetos exitosos e inovadores no enfrentamento desta situação e destacar as atividades de fiscalização executadas através da Guarda Civil Municipal de Maragogipe.

A metodologia utilizada para a elaboração do trabalho caracteriza-se quanto à abordagem, como uma pesquisa qualitativa; quanto à natureza, como uma pesquisa básica; quanto aos objetivos, como um estudo descritivo e exploratório; quanto aos procedimentos, a pesquisa é também um estudo de caso, pois será realizada uma investigação com os agentes da Guarda Civil Municipal de Maragogipe, os quais tinham a finalidade de executar as atividades de proteção ambiental; é também uma pesquisa de campo, pois foram aplicados questionários, de forma presencial, contendo 4 perguntas, sendo 01 fechada e 03 abertas, para os agentes da GCMM e para 1 Funcionário do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Depois, os dados foram tabulados e apresentados por meio de gráficos.

O trabalho está estruturado em 4 capítulos, além da introdução e das considerações finais. O capítulo 2, intitulado referencial teórico, está subdividido em: 2.1- Guarda Civil Municipal no Combate à Violência Contra o Meio Ambiente; 2.2 - Parceria com o Instituto Chico Mendes — ICMBio; 2.3- A importância da guarda municipal na proteção do meio ambiente. O capítulo 3 refere-se aos procedimentos metodológicos. O capítulo 4 é a discussão dos resultados, 5 são as considerações finais, capítulo 6 limitações da pesquisa e finaliza com o capítulo 7, que trata das recomendações para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GUARDA CIVIL MUNICIPAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA O MEIO AMBIENTE

Para sanar, ou melhor dizer, minimizar os problemas da violência contra o meio ambiente são necessárias adoções de medidas visando o enfrentamento deste problema, pois a maior parte da população sofre com esses entraves e, por consequência, cobram dos gestores públicos ações efetivas e sustentáveis, frente a tamanho desafio. Para Silva; Oliveira (2015 p. 8),

Diante do aspecto de proteção do meio ambiente, a educação ambiental surge como fonte viável para efetivação de políticas públicas voltadas para a prevenção e conscientização coletiva, propiciando o acesso ao conhecimento científico e tradicional a todos os níveis de ensino, inclusive transpassando as barreiras estruturais das escolas e universidades e acessando a comunidade dentro dos centros urbanos, inclusive utilizando os recursos ambientais disponíveis dentro das próprias Unidades de Conservação Municipais, por contemplar uma riqueza e relevância ambiental, e, portanto, fonte basilar para a conscientização comunitária preconizada pela Constituição, política Nacional do Meio Ambiente e Política Nacional de Educação Ambiental.

Para o autor, a reflexão sobre as várias abordagens inerentes à gestão ambiental possibilita encontrar soluções de natureza inter e transdisciplinares, aplicando métodos diversificados e viáveis no desenvolvimento de uma sociedade mais consciente. Para Silva (2015 p.9), "vislumbra-se o potencial da participação da Guarda Municipal como agente de contato direto com a comunidade e, portanto, detentora de elementos válidos na formação de conhecimento, transmitido de modo empírico, prático e tradicional".

Assim, várias prefeituras passaram a executar atividades com objetivo de diminuir os indicadores de crime e violência com o meio ambiente, e viram a potencialidade da Guarda Municipal como agentes de combate e educação ambiental, os quais foram equipadas e treinadas a fim de apresentar melhoria nos indicadores e na percepção de violência contra o meio ambiente. Contudo, cabe destacar que a atuação de novos atores de combate às degradações ambientais não se faz de forma automática. Pelo contrário, é necessária a verificação das limitações legais, estruturais, científicas e institucionais dos agentes municipais, incluindo com isso, a

Guarda Municipal.

Tais questionamentos sobre a legalidade das Guardas Municipais, no que tange a segurança pública, é motivo de debate, mesmo diante de tamanho caos; entretanto, quando o assunto é emprego das GCM's na proteção ambiental, é algo que, no município de Maragogipe, foi pacificado pois o trabalho de proteção é concebido essencial para a vida humana, bem como dever de todos.

São várias as legislações nacionais que tratam da atividade da categoria profissional, entretanto cita-se a Constituição Federal, que estabelece, conforme o § 8º que "os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei". Esse dispositivo coloca a instituição supracitada no rol da segurança pública da nossa carta magna, entre falta de obrigatoriedade é algo que restringe as ações de maneira uniforme.

Portanto, com o avanço das cobranças da sociedade e a diminuição dos indicadores das cidades, que adotaram uma política séria, baseada nas atividades das GCM´s, impulsionou, no ano de 2014, a aprovação de um estatuto nacional, Lei Federal nº 13.022, de 2014, que garante identidade, normas gerais a essas Instituições, bem como, disciplina e limite de atuação, dentre elas.

Art. 5º "São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: (...) VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas".

Mesmo diante desse cenário de insegurança e registrando múltiplos exemplos exitosos das atividades das Guardas Municipais, com garantia da legislação, ainda cabe ao gestor local a prerrogativa de optar por desenvolver atividades de segurança pública, assim como enquadrar as suas corporações para execução de ações da municipalidade, em especial, de proteção ambiental.

Logo, segundo Risso (2016), a adesão do modelo municipal apresenta uma enorme vantagem competitiva na geração e análise destas informações, já que, os fatores de risco associados aos diferentes tipos de violência, muitas vezes não estão na esfera criminal. Diante do exposto, ficam evidenciados os benefícios para o município em atuar no combate aos crimes, em especial, contra o meio ambiente e os pequenos delitos posturais.

Desta maneira, a execução das atribuições municipais corrobora para a

melhoria das ações ambientais, pois, se existem ações de monitoramento e educação às ações corriqueiras que são vistas como infrações ambientais como: lançamentos de efluentes sem tratamento e descarga de resíduos sólidos em locais inapropriados serão minimizados e, quiçá, eliminados.

Contudo, os municípios precisam organizar os órgãos para a execução das atividades; nesse cenário, as Guardas Municipais devem ser protagonistas nos trabalhos desenvolvidos. Contudo, o modelo de atuação ainda precisa ser melhor definido, visto que os atores locais devem conhecem todos os mecanismos, ou seja, a região e suas intervenções, criando uma simbiose perfeita entre o agente e a sociedade, de modo a favorecer os processos de mediação de conflito, bem como no monitoramento de áreas de preservação ambiental.

2.2 PARCERIA COM O INSTITUTO CHICO MENDES - ICMBIO

Com o intuito de desenvolver um acordo de cooperação técnica entre a Guarda Municipal de Maragogipe e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o objetivo de desenvolver ações efetivas na educação e combate aos crimes ambientais e, também, na orientação das práticas exercidas pelos diversos agentes ambientais, na segurança e proteção do patrimônio humano, dentro das reservas ambientais.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) "é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). " (BRASIL, 2007).

O ICMBio é uma instituição de Estado, que tem por objetivo executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar, monitorar e fazer a gestão das unidades de conservação (Ucs), instituídas pela União. Bem como, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (BRASIL,2007)

A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) Marinha da Baía do Iguape, que é uma unidade de Conservação Federal, sobre a gerência e responsabilidade do

ICMBio impulsionou a parceria. Como o município de Maragogipe-BA tem a sede da cidade e tem limite com a área de manguezal, as quais sofrem com crimes ambientais, ocorreu a necessidade de firmar uma parceria para evitar/minimizar os principais impactos ambientais na área da RESEX.

Os municípios brasileiros são o ente federado mais próximo da população. Nesse sentido, os gestores locais recebem cobrança da população mais intensa e, devido a estas características, necessitam tomar medidas de respostas mais rápidas, visto que os municípios "estão empoderados a elaborar, executar, monitorar e avaliar políticas públicas locais, observados os limites constitucionais". (CORRALO, KEMMERICH 2016 p.136).

Os municípios brasileiros ganharam destaque na gestão pública a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), na qual, os entes locais passaram a possuir maior abrangência; assim, as áreas como saúde e educação ganharam status de "municipalização". Esse é o fato de as prefeituras adotarem um novo mecanismo de atuação em várias áreas, com objetivo de universalização dos serviços, bem como um gerenciamento próximo à sociedade, promovendo assim o fortalecimento das ações, bem como o controle social.

É preciso salientar, segundo Nascimento (2012 p. 61), que "os órgãos públicos possuem o poder de comando e controle, ou seja, podem estabelecer padrões e controlar se este padrão está sendo respeitado." Assim, a busca por parceria entre os órgãos objetiva o fortalecimento das atividades de proteção ao meio ambiente, ao tempo em que facilita a busca por recursos, bem como garante o emprego de mais agentes públicos na execução das ações prevencionistas.

Dessa forma é fundamental a descentralização das ações estatais, pois em um país com dimensão continental e com características regionais fortes, faz-se necessário o emprego de ações dos atores locais. Para isso, o fortalecimento dos municípios é essencial, visto que a gestão pública municipal deve estar preparada para "o processo de descentralização brasileiro, que teve por objetivo o fortalecimento financeiro e político dos estados e, principalmente, dos municípios em relação ao governo federal" (VELOSO; ET AL. 2011 p.13)

Partindo dessa premissa, a gestão pública municipal deve agir em busca da melhoria na qualidade de vida da população; nesse sentido, há necessidade de implementação de políticas públicas a fim de mitigar os problemas. Assim, é de suma

importância a pesquisa a fim de não cair no senso comum, de modo a evitar quaisquer vieses e sim investir na busca por soluções pontuais, de maneira a privilegiar ações que pretendam aprofundar nas questões para a resolução dos problemas reais.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA GUARDA MUNICIPAL NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Os municípios fazem parte do Sistema Nacional de Meio Ambiente, bem como podem instituir e operar o seu Sistema Municipal de Meio Ambiente. Neste sentido, a organização local deve preceder de vontade política e adequações técnicas para, além disso,

O Município dispõe de diversos instrumentos adequados à obtenção de um desenvolvimento com sustentabilidade. Os instrumentos são recursos no sentido de atingir os objetivos propostos. Os diversos instrumentos devem contemplar as bases de uma política ambiental local e compreendem: instrumentos de comando e controle, econômicos, participativos, de informação e educação, de planejamento e de fortalecimento institucional. (ÁVILA; MALHEIROS, 2012 p. 35)

As Guarda Municipais são órgãos de segurança pública e também podem realizar as atividades de monitoramento ambiental, conforme previsto na Lei 13.022/14. Lei Federal denominada de Estatuto geral destas corporações. No art.5º em seu inciso "VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas", neste sentido é possível afirmar a legalidade das atividades desempenhadas por essas agências municipais (BRASIL, 2014).

As Guardas Municipais possuem, entre suas atribuições, a execução de atividades de proteção ao meio ambiente; neste sentido, há destinação de seus agentes para realizar intervenções que busquem evitar os danos ambientais, pois estas atividades são primordiais.

Os crimes contra o meio ambiente ocorrem de várias maneiras, portanto os combates a ações lesivas ao meio ambiente devem ocorrer sem interrupção; portanto, o trabalho das Guardas Municipais, que se revezam em escalas, a fim de compreender 24 horas de serviço por dia, consiste em uma atribuição relevante.

As rondas executadas pelos prepostos das Guardas Municipais são

fundamentais para inibir e identificar os crimes contra o meio ambiente, mas como essas agências servem de referências para as denúncias realizadas pela população, ou seja, é um trabalho humanizado, visto que tem contato direto com as pessoas.

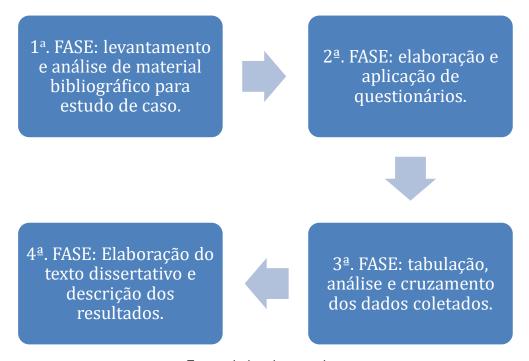
Outra forma de atuação são as atividades educativas, as quais são consideradas a primeira forma de alterar a percepção do indivíduo para todo o contexto ambiental, pois,

Diante do aspecto de proteção do meio ambiente, a educação ambiental surge como fonte viável para efetivação de políticas públicas voltadas para a prevenção e conscientização coletiva, propiciando o acesso ao conhecimento científico e tradicional a todos os níveis de ensino, inclusive transpassando as barreiras estruturais das escolas e universidades (SILVA; OLIVEIRA,2015 p. 3).

As atividades da Guarda Civil Municipal de Maragogipe impactaram positivamente na proteção do meio ambiente, aliados à "nova postura dos cidadãos, interessados em interagir com organizações éticas, organizações que possuam uma boa imagem institucional e que atuem de forma ecologicamente responsável, pressiona o redirecionamento das estratégias destas organizações". (NASCIMENTO,2012 p. 67). Diante deste cenário, fica evidenciado o papel representativo e relevante das Guardas Municipais no desempenho das ações de proteção ambiental, visto que demostram capacidade técnica para a atuação profissional.

3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como finalidade apresentar a metodologia desenvolvida para a realização deste trabalho intitulado: Entraves e desafios enfrentados pela Guarda Civil Municipal de Maragogipe, em parceria com ICMBio no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018 por meio do método apresentado abaixo:



Fonte: dados da pesquisa.

O estudo abordou o caso da Guarda Civil Maragogipe, em parceria com ICMBio no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018 na cidade de Maragogipe, BA.

A opção da metodologia consiste no caminho escolhido para percorrer. É uma forma como é possível atingir os objetivos propostos; assim, segundo Gerhardt; Silveira (2009, p.13), "a metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa. ". Por isso a abordagem para a realização da proposta de pesquisa é fundamental, logo é neste caminho que vão ser confrontados os materiais da academia com o conteúdo descoberto durante o trabalho de investigação.

Para Minayo, (2001, p. 16) pode-se entender por metodologia "o caminho

do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas. " Diante do exposto, seguem as classificações da pesquisa realizada para este trabalho.

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois "preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais". (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.32), neste sentido, o trabalho será direcionado a explicar uma atividade, não tendo como pressuposto quantificar os resultados, mas o objetivo é demostrar uma sequência daquilo que foi produzido.

Quanto à natureza, a pesquisa é classificada como básica, pois segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.34), a pesquisa básica se caracteriza por "gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais".

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e exploratória pois, segundo APUD Gil (2007,) este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Já a pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica pois, segundo Fonseca (2002, p. 32), uma pesquisa bibliográfica se caracteriza como é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. É um estudo de caso, pois se trata de uma "investigação que busca entender um fenômeno da vida real em profundidade, principalmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes". (YIN,2010, p. 39).

Para tanto, foi estudado o caso da Guarda Civil Maragogipe, em parceria com ICMBio no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018

na cidade de Maragogipe, BA. É um estudo de campo, que para Fonseca (2002) "a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, como recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante etc.). Assim, foram aplicados questionários, de forma digital, contendo 11 perguntas fechadas para 10 agentes da GCMM, instituição que possui 152 agentes em seu quadro fixo e atualmente possui 110 exercendo as atividades laborais na corporação. Depois os dados foram tabulados e apresentados por meio de gráficos.

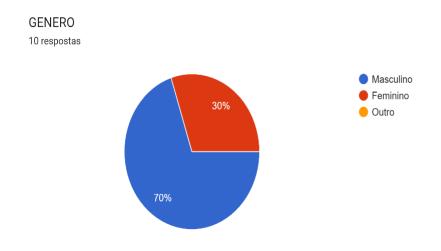
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após o questionário ter sido aplicado, foi possível realizar a análise dos resultados referentes aos objetivos de cada seção, conforme descrição a seguir:

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

4.1.1 Gênero sexual

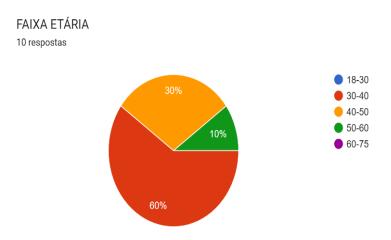
Em relação ao gênero, 70% dos entrevistados é do sexo masculino e 30% é do sexo feminino, conforme apresentado na **Figura 1**.



Fonte: dados da pesquisa.

4.1.2 Faixa etária

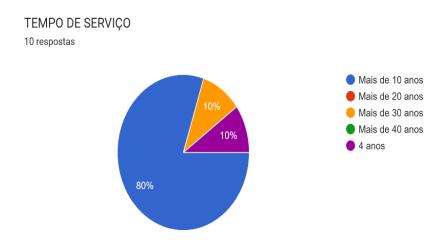
Em relação à faixa etária, 60% dos entrevistados têm de 30 a 40 anos, 30% de 40 a 50 anos e 10% tem de 50 a 60 anos. O que significa dizer que são agentes maduros, conforme apresentado na **Figura 2.**



Fonte: dados da pesquisa.

4.1.3 Tempo de serviço

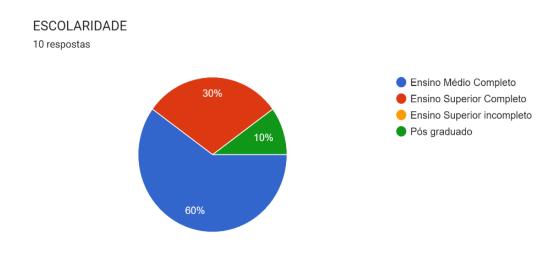
Em relação ao tempo de serviço, 80 % dos entrevistados possuem mais de 10 anos de serviço, 10% possuem mais de 30 anos de serviço e 10% mais de 04 anos de serviço. O que significa dizer que os entrevistados possuem larga experiência na área laboral, conforme apresentado na **Figura 3.**



Fonte: dados da pesquisa.

4.1.4 Escolaridade

Em relação à escolaridade, 60% dos pesquisados possuem ensino médio completo, 30% dos entrevistados possuem ensino superior completo e 10% possuem pós-graduação. O que demonstra que 30% dos entrevistados possuem formação específica e 60% possuem o ensino médio; logo, pode-se inferir que, neste item especifico da pesquisa, os indicadores demonstram maior índice de sujeitos sem especialização, conforme **figura 4**:



Fonte: dados da pesquisa.

Conclui-se, em relação ao perfil dos entrevistados que, predominantemente, são do sexo masculino (70%), faixa etária de 30 a 40 anos (60%), têm mais de 10 anos de experiência profissional (80%) e em relação à escolaridade a maioria possui apenas o ensino médio completo (60%).

4.2 ENTRAVES ENFRENTADOS PELA GUARDA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE E ICMBBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018

O primeiro bloco de perguntas teve o objetivo de apresentar quais os entraves enfrentados pela Guarda Civil Municipal de Maragogipe e ICMBio no combate aos crimes contra o meio ambiente no período 2015-2018.

4.2.1 Os agentes da GCMM dispunham de instrumentos para as aplicações das infrações

Quando perguntado se os agentes dispunham de instrumentos para aplicar penalidade às infrações, os resultados foram os seguintes: 20% discordam totalmente, 20% discordam parcialmente, 10% se mostrou indiferente e 50% dos agentes abordados concordam parcialmente, conforme **Tabela e Figura 01**

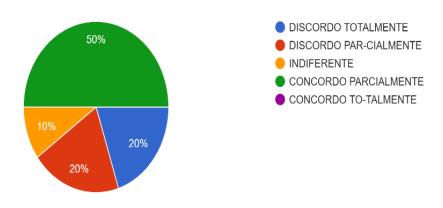
Tabela 1 - Instrumentos para aplicações das inflações

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	1	0
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	1	0	0	0	0
Entrevistado 04	0	0	0	1	0
Entrevistado 05	0	1	0	0	0
Entrevistado 06	1	0	0	0	0
Entrevistado 07	0	1	0	0	0
Entrevistado 08	0	0	0	1	0
Entrevistado 09	0	0	0	1	0
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
Totais	20%	20%	10%	50%	0

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 1 – Instrumentos para aplicações das inflações

Os agentes da GCMM dispunham de instrumentos para as aplicações das infrações ? 10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

Esse cenário demostra que os agentes da GCMM dispunham de instrumentos para as aplicações de penalidade às infrações, haja vista que a maioria respondeu positivamente sobre a pergunta; embora não sendo satisfatório o modelo adotado para o trabalho, é possível afirmar a existência de meios para a aplicação das referidas penalidades às infrações.

4.2.2 Ocorreu treinamentos ou cursos de qualificação durante o período de 2015-2018?

Ainda seguindo o estudo do primeiro bloco, foi pesquisado sobre a qualificação dos agentes, objeto importante para a realização de qualquer atividade. Em especial na questão ambiental, assim foi questionado sobre a existência de treinamentos ou cursos de qualificação durante o período de 2015-2018.

Quando perguntado se ocorreu treinamentos ou cursos de qualificação durante o período de 2015-2018 os resultados foram os seguintes: 20% discordam totalmente, 20% discordam parcialmente, 10% se mostraram indiferente e 20% dos agentes abordados, concordam parcialmente e 30% concordam totalmente, conforme **Tabela 2 e Figura 2**.

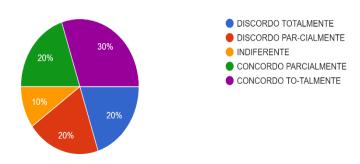
Tabela 2 - Treinamentos e cursos de qualificação

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	0	1
Entrevistado 03	1	0	0	0	0
Entrevistado 04	0	0	0	1	0
Entrevistado 05	0	1	0	0	0
Entrevistado 06	1	0	0	0	0
Entrevistado 07	0	1	0	0	0
Entrevistado 08	0	0	0	0	1
Entrevistado 09	0	0	0	1	0
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
TOTAIS	20%	20%	10%	20%	30%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 2 – Treinamentos e cursos de qualificação

Ocorreu treinamentos ou cursos de qualificação durante o período de 2015-2018 ?



Fonte: dados da pesquisa.

Esse cenário demostra que ocorreram as atividades de qualificação para os agentes, conforme demonstrativo de respostas, contudo, foi possível identificar que não foram suficientes, dado à falta de uniformidade nas respostas.

4.2.3 Disponibilização de EPIs e EPCs?

Quando perguntado sobre a disponibilização de EPIs e EPCs ou equipamentos de proteção individual e coletivo, 40% dos agentes discordam parcialmente, 50% concordam parcialmente e 40% discordam totalmente, conforme **Tabela 3 e figura 3**.

Tabela 3 - Disponibilização de EPIs

ENTREVISTADO	DISCORDA	DISCORDA	INDIFERENTE	CONCORDA	CONCORDA
LITTREVISTADO	TOTALMENTE	PARCIALMENTE	INDII EKENTE	PARCIALMENTE	TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	1	0
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	0	0	0	0	1
Entrevistado 04	0	0	0	1	0
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	1	0
Entrevistado 09	0	0	0	1	0
Entrevistado 10	0	1	0	0	0
TOTAIS	0	10%	0	50%	40%

Disponibilização de EPIs?

10 respostas

DISCORDO TOTALMENTE
DISCORDO PAR-CIALMENTE
INDIFERENTE
CONCORDO PARCIALMENTE
CONCORDO TO-TALMENTE

Figura 3 – Disponibilização de EPIs

Fonte: dados da pesquisa.

As respostas dos agentes apontam para resultados parcialmente satisfatórios; neste sentido, pode-se considerar a existência de uso de materiais de proteção, porém em quantidade não suficiente.

4.2.4 O quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio era suficiente para a execução dos trabalhos?

Ao serem questionados se a quantidade de Guardas Municipais, cedidos ao ICMBio, era suficiente, os agentes responderam: 50% concordam parcialmente, 40% discordam totalmente, 10% discordam parcialmente, 10% é indiferente, 30% concordam parcialmente e 10% concordam totalmente, conforme **Tabela 4 e figura 4.**

Tabela 4 - O quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio era suficiente para a execução dos trabalhos

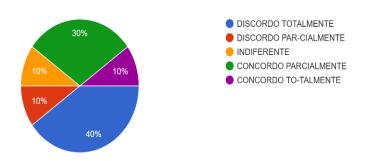
ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	1	0	0	0	0
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	1	0	0	0	0
Entrevistado 04	0	0	0	1	0
Entrevistado 05	0	1	0	0	0
Entrevistado 06	1	0	0	0	0
Entrevistado 07	1	0	0	0	0
Entrevistado 08	0	0	0	1	0
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
TOTAIS	40%	10%	10%	30%	10%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 4 - O quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio era suficiente para a execução dos trabalhos

O quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio era suficiente para a execução dos trabalhos?

10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

As respostas dos agentes apontam para resultados parcialmente satisfatórios. Neste sentido, pode-se considerar que, conforme 50% dos respondentes, o quantitativo de Guardas Civis Municipais cedidos ao ICMBio realizava o trabalho, entretanto é possível identificar nas repostas que, apesar de realizarem os trabalhos, fica entendido que o número de agentes não era suficiente para atender a todas as demandas.

4.2.5 Programa de incentivo financeiro por desempenho de atividade?

Ao serem questionados sobre a existência de programa de incentivo financeiro por desempenho de atividade, os agentes responderam; 70% discordam totalmente, 10% discordam parcialmente, 10% concordam parcialmente e 10% concordam totalmente, conforme **Tabela 5 e figura 5.**

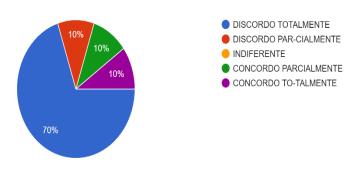
Tabela 5 - Programa de incentivo financeiro por desempenho de atividades

ENTREVISTADO	DISCORDA	DISCORDA	INDIFERENTE	CONCORDA	CONCORDA
LIVINEVISTADO	TOTALMENTE	PARCIALMENTE	INDII EKENTE	PARCIALMENTE	TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	1	0	0	0	0
Entrevistado 04	1	0	0	0	0
Entrevistado 05	1	0	0	0	0
Entrevistado 06	1	0	0	0	0
Entrevistado 07	1	0	0	0	0
Entrevistado 08	1	0	0	0	0
Entrevistado 09	1	0	0	0	0
Entrevistado 10	0	1	0	0	0
TOTAIS	70%	10%	0	10%	10%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 5 - Programa de incentivo financeiro por desempenho de atividades

Programa de incentivo financeiro por desempenho de atividades ? 10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

Fica evidenciado a não existência de programa financeiro para os agentes que trabalhavam no enfrentamento aos crimes contra o meio ambiental, pois 70% dos

agentes responderam que discordam totalmente.

Assim, foi possível verificar, de acordo com os entrevistados, que os principais entraves enfrentados pela GCM e ICMBIO, são: a insuficiência de instrumentos para aplicação de penalidade às inflações; neste sentido, fica entendido que existia alguma forma de aplicação de penalidades a atos infracionais, mas não estavam completamente à disposição da GCM. Baixo investimento na realização de treinamentos para a corporação, a fim de preparar os agentes para as atividades laborais. Equipamentos de proteção individual e coletivo insuficientes para a execução do trabalho. Quantidade de agentes era insuficiente para a realização das atividades e não houve nenhum incentivo financeiro como forma de gratificação pelo desempenho das atividades.

4.3 BENEFÍCIOS DA PARCEIRA DA GUARDA MUNICIPAL DE MARAGOGIPE COM O ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018

4.3.1 Realização de educação ambiental?

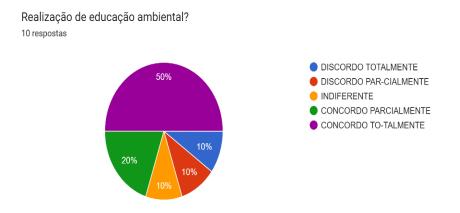
Ao serem questionados sobre a realização de educação ambiental, quando da parceria com ICMBio, os agentes responderam que: 10% discordam totalmente, 10% discordam parcialmente, 10% São indiferente, 20% concordam parcialmente e 50% concordam totalmente, conforme **Tabela 6 e figura 6.**

Tabela 6 - Realização de educação ambiental

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	0	1
Entrevistado 03	0	0	0	0	1
Entrevistado 04	0	0	0	0	1
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	1	0
Entrevistado 07	0	1	0	0	0
Entrevistado 08	1	0	0	0	0
Entrevistado 09	0	0	0	1	0
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
TOTAIS	10%	10%	10%	20%	50%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 6 - Realização de educação ambiental



Fonte: dados da pesquisa.

A realização de ações de educação ambiental feitas pelos agentes da GCMM em parceria com o ICMBio ocorria em vários momentos, desde as unidades escolares, passando por rodas de conversas com pescadores e marisqueiras. Eram apresentados a estes indivíduos conceitos sobre o meio ambiente e apresentação de valores do meio que os cercam, haja vista nem sempre o ribeirinho possui o conhecimento da dinâmica da RESEX, bem como a importância da preservação do meio ambiente.

Ao sensibilizar a comunidade, a Guarda Civil Municipal cumpre o papel importante de contribuir para uma nova postura da sociedade, pois é através da

Educação Ambiental que vamos alcançar a sustentabilidade, pois

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 99)

4.3.2 Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para o trabalho de fiscalização ambiental?

Ao serem questionados sobre o uso dos equipamentos para fiscalização, quando da parceria com ICMBio, 10% discordam parcialmente e 90% concordam totalmente, conforme **Tabela 7 e figura 7.**

Tabela 7 - Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para o trabalho de fiscalização ambiental

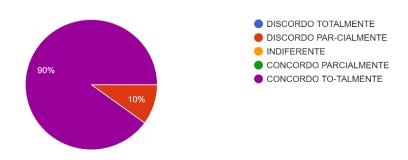
ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	0	1
Entrevistado 03	0	0	0	0	1
Entrevistado 04	0	0	0	0	1
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	0	1
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	1	0	0	0
TOTAIS	0	10%	0	0	90%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 7 - Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para o trabalho de fiscalização ambiental

Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para o trabalho de fiscalização ambiental?

10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

A Guarda Civil Municipal de Maragogipe dispõe de equipamentos para atividades terrestres e essencialmente urbanas, haja vista que essas instituições possuem como objetivo inicial responder aos problemas das cidades. Portanto, a parceria a fim de possibilitar o uso de equipamentos de outras instruções permitiu desenvolver outros trabalhos.

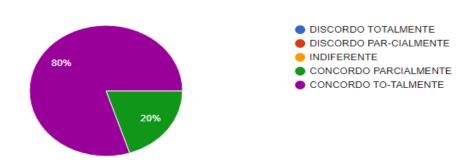
4.3.3 Aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX?

Ao serem questionados sobre o aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX, quando da parceria com ICMBio, 20% concordam parcialmente e 80% concordam totalmente conforme, **Tabela 8 e Figura 8**

Figura 8 - Aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX

Aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX ?

10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 8 - Aumento de atividades fiscalizatórias na RESEX

ENTREVISTADO	DISCORDA	DISCORDA	INDIFERENTE	CONCORDA	CONCORDA
	TOTALMENTE	PARCIALMENTE		PARCIALMENTE	TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	0	1
Entrevistado 03	0	0	0	1	0
Entrevistado 04	0	0	0	0	1
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	0	1
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	0	0	1	0
TOTAIS	0	0	0	20%	80%

Fonte: dados da pesquisa.

O aumento da fiscalização possibilitou a identificação dos principais crimes cometidos. Com base nesse levantamento, foi possível desenvolver atividades intensificadas a fim de inibir os atos que causam danos ao meio ambiente. Dessa forma, vale destacar que o aumento das atividades fiscalizatórias na RESEX em parceria com o ICMBio contribuiu para o aumento da sensação de segurança, bem como dificultou o acometimento de crimes ambientais, principalmente em áreas de difíceis acessos.

Devido ao aumento da fiscalização, logo foram identificados os principais crimes cometidos e foram realizadas atividades intensificadas a fim de inibir os atos que causam danos ao meio ambiente; neste sentido o aumento de atividades

fiscalizatórias na RESEX quando da parceria com ICMBio aumentou a sensação de segurança, bem como dificultada para quem comete crimes ambientais.

Os benefícios da parceria entre a Guarda Civil Municipal de Maragogipe e o ICMBio foi a garantia e o aumento do monitoramento das áreas, pois a presença dos agentes realizando rondas a fim de identificar os atos criminosos. Neste sentido, podemos afirmar que a união das entidades em defesa do meio ambiente gerou a inibição de atos maléficos ao ambiente.

4.4 CRIMES MAIS RECORRENTES CONTRA O MEIO AMBIENTE IDENTIFICADO PELA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE MARAGOGIPE

Os crimes mais recorrentes contra o meio ambiente identificados pela Guarda Civil Municipal são a quebra de embargos, bem como pesquisa no período de defesos das espécies, uso de apetrechos inadequados, bem como uso de explosivos.

4.4.1 Intensificações das atividades durante período de defesos das espécies?

Ao serem arguidos sobre a existência de intensificação de atividades durante o período de defesos das espécies. Os resultados apontam que 10% é indiferente, 20% concordam parcialmente e 20% concordam totalmente conforme, **Tabela 9 e Figura 9.**

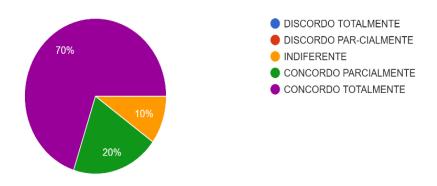
Tabela 9 - Intensificações das atividades durante período de defesos das espécies

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	1	0
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	0	0	0	0	1
Entrevistado 04	0	0	0	0	1
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	0	1
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
TOTAIS	0	0	10%	20%	70%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 9 - Intensificações das atividades durante período de defesos das espécies

Intensificações das atividades durante período de defesos das espécies? 10 respostas



Fonte: dados da pesquisa.

O período de defeso das espécies é de suma importância para a continuidade das populações, pois é momento de reprodução. Algumas espécies ficam vulneráveis neste momento, a exemplo do caranguejo, que sai das tocas para o acasalamento, ficando em vulnerabilidade para a captura dos mesmos por humanos; daí a importância da atividade de fiscalização durante esse período.

4.4.2 Diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos?

Quando questionados sobre as diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos, os dados apresentam que 10% é indiferente, 40% concordam parcialmente e 50% concordam totalmente, conforme **Tabela 10 e Figura 10**

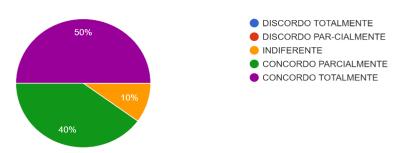
Tabela 10 - Diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	1	0
Entrevistado 02	0	0	0	1	0
Entrevistado 03	0	0	0	0	1
Entrevistado 04	0	0	0	1	0
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	1	0
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	0	1	0	0
TOTAIS	0	0	10%	40%	50%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 10 - Diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos

Diligências em áreas já notificadas a fim de evitar a quebra de embargos?



Fonte: dados da pesquisa.

O trabalho de fiscalização de áreas consiste em aferir as localidades em buscas de algumas atividades criminosas, quando encontrado o agente de proteção ambiental, deve levar o ato de infração, bem como embargar a área a fim de evitar a continuidade do dano. Neste sentido, as diligências para verificar o cumprimento dos embargos são essenciais a fim de evitar a continuidade das ações lesivas.

4.4.3 Monitoramento de locais por denúncias?

Quando questionados sobre o monitoramento de áreas após as denúncias, a

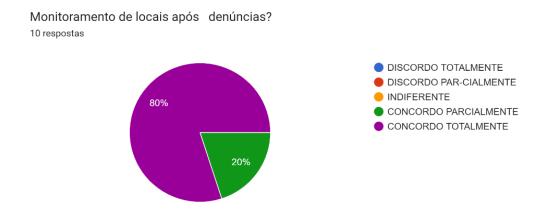
fim de aferir a veracidade das informações, os resultados apontam que 20% concordam parcialmente e 80% concordam totalmente, conforme **Tabela 11 e figura 11.**

Tabela 11 - Monitoramento de locais após denúncias

ENTREVISTADO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA PARCIALMENTE	INDIFERENTE	CONCORDA PARCIALMENTE	CONCORDA TOTALMENTE
Entrevistado 01	0	0	0	0	1
Entrevistado 02	0	0	0	0	1
Entrevistado 03	0	0	0	1	0
Entrevistado 04	0	0	0	0	1
Entrevistado 05	0	0	0	0	1
Entrevistado 06	0	0	0	0	1
Entrevistado 07	0	0	0	0	1
Entrevistado 08	0	0	0	0	1
Entrevistado 09	0	0	0	0	1
Entrevistado 10	0	0	0	1	0
TOTAIS	0	0	0	20%	80%

Fonte: dados da pesquisa.

Figura 11 - Monitoramento de locais após denúncias



Fonte: dados da pesquisa.

A comunidade é parceira de todos os órgãos. Sendo assim, para o sucesso das ações, é necessário que a comunidade esteja imbuída para identificar os crimes contra o meio ambiente e levar até aos órgãos competentes. Quando os agentes públicos recebem a denúncia devem retribuir o auxílio da sociedade, realizando o monitoramento das áreas indicando, demostrando assim a união entre todos. É neste

que o monitoramento, além de identificar a veracidade da denúncia, mostra a eficiência e eficácia do órgão.

Os crimes mais recorrentes contra o meio ambiente identificado pela Guarda Civil Municipal são a quebra de embargos, bem como pesquisa no período de defesos das espécies, uso de apetrechos inadequados, bem como uso de explosivos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais desafios enfrentados pela GCM e ICMBIO, são muitos, pois foi verificado, durante as entrevistas, um problema quando pesquisado sobre os instrumentos para o efetivo exercício do trabalho dos agentes; foi possível detectar que não existiam instrumentos para aplicação de penalidade das infrações. Neste sentido, fica entendido que existia alguma forma de aplicação de atos infracionais, mas não estava completamente à disposição da GCM.

Ainda segundo os agentes, a realização de treinamentos para a corporação, a fim de preparar os agentes para as atividades laborais, neste sentido foram positivas as respostas. Desta forma, ao empregar o dispositivo para aplicar meios de inibir as infrações, nota-se o preparo dos agentes.

Para a execução do trabalho é necessário dispor de equipamentos que forneçam aos agentes condições para tal; assim foi relatado pelos agentes o uso dos EPIs e outros materiais o ICMBio para a atuação do guarda civil municipal.

Quando tratado sobre o incentivo financeiro, foi constatado que não ocorreu nenhuma forma de gratificação pelos desempenhos das atividades, nem mesmo insuficiente para atender as demandas, haja vista a grande extensão da RESEX bem como a necessidade de trabalho administrativo consumia a maior parte do horário de expediente.

Ao serem questionados sobre se a quantidade de agentes era suficiente, a resposta foi que era insuficiente, pois os problemas da região ficam em alguns pontos isolados, bem como as distâncias para conseguir chegar aos locais.

Portanto, podemos concluir que os principais entraves para a execução das atividades de enfrentamento aos crimes ambientais era a falta de incentivo financeiro e a quantidade de agentes insuficientes.

As ações de fiscalização consistem no ato de realização da aferição dos locais a fim de identificar possíveis atos fora da conduta legal; assim essa atividade é de suma importância apara a manutenção do equilíbrio ambiental, visto que a realização de atividades de monitoramento a fim de realizar análises das regiões visitadas, ao tempo em que há propagação de conhecimentos e novos conceitos sobre a relação homem-natureza através da educação ambiental foi uma das ações realizadas durante o período estudado.

O trabalho alcançou seu objetivo específico, pois apresentou os principais crimes cometidos na RESEX: o uso de apetrechos irregulares durante a pesca, bem como o uso de explosivos, este último consistindo na principal ameaça à vida marinha devido ao seu grande poder destrutivo; a pesca em período de defeso das espécies; a derrubada do manguezal e posterior aterramento para construção de residências apresenta-se como outro grande problema.

6 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Em vista da necessidade de atuação estatal frente aos problemas ambientais, bem como a importância dos municípios neste contexto, sugere-se que os próximos trabalhos possam buscar, para além das ações da Guarda Civil Municipal, as fontes de financiamento para a execução de programas completos, pois sem orçamento para garantir o aparelhamento das agências, o trabalho fica comprometido.

7 LIMITAÇÕES

Durante a elaboração do presente trabalho foram encontradas algumas dificuldades, como a disponibilidade dos servidores em responderem o questionário, devido ao período em que foi realizada a pesquisa.

Referências

BRASIL. Estatuto Geral das Guardas Municipais. Disponível em: L13022 (planalto.gov.br) Acesso em: 27 agosto.2022;

BRASIL. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm Acesso em: 14 novembro.2022;

CORRALO, Giovani da Silva; Kemmerich, Jonathã. A estrutura do poder municipal e as políticas de segurança: um novo paradigma federativo.Rev. bras. segur. pública | São Paulo v. 10, n. 1, 126-140, Fev/Mar 2016

DOÃTE, Ávila,Rafael; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. Disponível em https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HkvXK6Yzg39hD6pwYWmkY7G/?format=pdf&lang=pt. Acessado em: 06/09/2022.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

Gestão municipal no Brasil : um retrato das prefeituras / organizadores: João Francisco Alves Veloso... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2011. 303 p. : gráfs., mapas, tabs.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira ;coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. 2016. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8470/1/Trajet%C3%B3ria%20da%20po l%C3%ADtica%20ambiental%20federal%20no%20Brasil.pdf. Acessado em 26\08\2022

NASCIMENTO, Luis Felipe Gestão ambiental e sustentabilidade / Luis Felipe Nascimento. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. 148p. : il.

PHILIPPI JR, A.; MALHEIROS, T. F. Gestão ambiental local. In: SANTANNA, P. *Planejamento urbano e avaliação do impacte na saúde* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

SILVA, Ygor Felipe Távora da; Oliveira, Sienne Cunha de. A formação de novos atores de educação ambiental dentro das unidades de conservação municipais: um estudo de caso da guarda metropolitana de Manaus. 2015. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8b78421d9ab29962. Acessado em

05/09/2022

SILVA, Felipe Távora da Silva; OLIVEIRA, Sienne Cunha de , A formação de novos atores de educação ambiental dentro das unidades de conservação municipais: um estudo de caso da guarda metropolitana de manaus. Manaus, 2015.

SILVA, Ygor Felipe Távora da. A potencialidade da Guarda Municipal como agente de educação ambiental: A formação de um programa piloto no Parque Nascentes do Mindu e Parque do Mindu. Manaus – AM, 2015. Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/bitstream/1/12898/1/tese_inpa.pdf. Acesso em 12 nov.2022.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NOME

QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

Senhor(a) Entrevistado(a), o questionário a seguir, faz referência à pesquisa do trabalho "xxxxxxxx". O resultado da pesquisa apresentará os dados para embasamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Administração Pública da UNILAB, modalidade EAD, Campus xxxx, xxxxxxx.	Di sc or do To tal m en te	Di sc or do	Às ve ze s	Co nc or do	Co nc or do tot al m en te
PERGUNTAS/RESPOSTAS	1	2	3	4	5

Instruções: Para cada uma das afirmações, avalie de forma espontânea a sua concordância, desde "Discordo Totalmente" até "Concordo Totalmente", preenchendo o espaço com um "X". Caso não saiba o que responder em alguma afirmação, pode

assinalar "Não sei" (NS). Se a pergunta não se aplica, assinale "Não se aplica" (NA). **A identificação no questionário é opcional.**

IDENTIFICAÇÃO:

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO UTILIZADO NO ESTUDO

PERFIL DO RESPONDENTE

GÊNERO:								
FAIXA ETÁRIA:								
TEMPO DE SERVIÇO:								
ESCOLARIDADE:								
	PERGUNTAS			DT	DP	IND	СР	СТ
ENTRAVES ENFRENTA	DOS PELA GUARI	DA CIVIL MUNICIPA	AL DE					
MARAGOGIPE E ICMBIC	NO COMBATE AOS	S CRIMES CONTRA	O MEIO					
AMBIENTE NO PERÍODO	DE 2015-2018							
Os agentes da GCMM di	spunham de instrume	entos para as aplicaçõ	čes das					
infrações?								
Ocorreu treinamentos ou	cursos de qualificação	o durante o período d	e 2015-					
2018?								
Disponibilização de EPIs?								
Programa de incentivo fina	nceiro por desempent	no de atividades?						
O quantitativo de Guardas	Civis Municipais ced	idos ao ICMBio era su	uficiente					
para a execução dos traba	lhos?							
BENEFÍCIOS DA PAR	CEIRA DA GUARD	DA CIVIL MUNICIPA	AL DE					
	MARAGOGIPE COM O ICMBIO NO COMBATE AOS CRIMES CONTRA O							
MEIO AMBIENTE NO PE	MEIO AMBIENTE NO PERÍODO DE 2015-2018							
Realização de educação ambiental?								
Uso dos equipamentos do ICMbio pelos Guardas Civis Municipais para								
trabalho de fiscalização ambiental?								
Aumento de atividades fiso	calizatórias na RESEX	?						
CRIMES RECORRENTES								
Ações para inibir o derruba	ada e aterramento da a	área de manguezal?						
Atos para inibir uso de ap	etrechos inadequados	durante a pesca?						
As ações para inibir a peso	ca com bombas?							
ATIVIDADES FISCALIZATÓRIAS								
Intensificações das ativida	des durante período d	e defesos das espécies	s?					
Diligencias em áreas já no	tificadas a fim de evita	r a quebra de embargo	s?					
Monitoramento de locais p	Monitoramento de locais por denúncias?							
LEGENDA:								
DT- DISCORDO	DP - DISCORDO	IND	CP - C	ONCO	RDO	CT- C	CONCO	RDO

TOTALMENTE	PARCIALMENTE	INDIFERENTE	PARCIALMENTE	TOTALMENTE

ANEXOS

ANEXO A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
Título do trabalho:	ntraves e desafios, enfrentados pela Guarda Civil Municipa de Maragogipe, em parceria com ICMBIO no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018
Pesquisador:	André Luís Baião Sena
Orientadora:	MARIA JACQUELINE R. F. ALBUQUERQUE
Nome do participante:	
Carteira de identidade:	
Cargo na organização:	

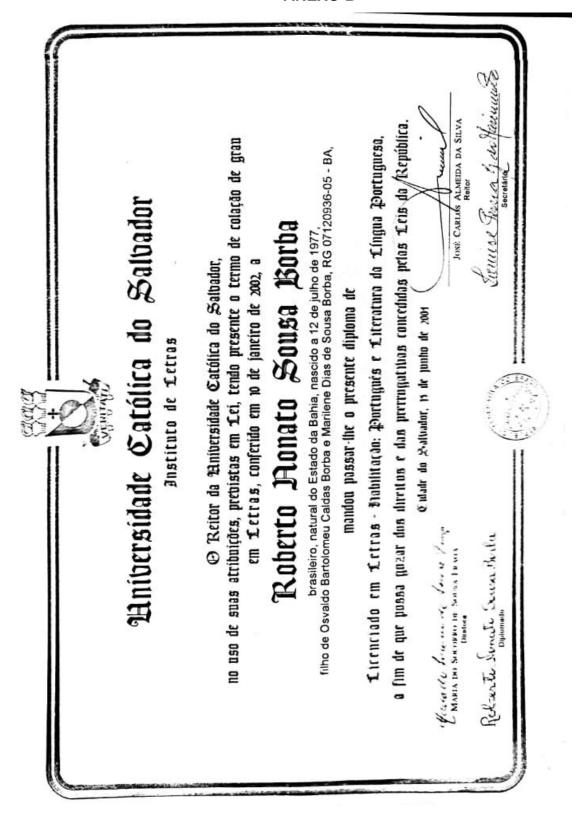
Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, do trabalho de conclusão de curso intitulado "A APLICABILIDADE DAS FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA IMPLANTADAS PELO TCMBA A PARTIR DA LEI FEDERAL N.º 12.527/2011; IMPACTO NO CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS BALANOS", de responsabilidade do académico DANIVAL PEREIRA DIAS, orientado pela prof. M.º JACQUELINE R. F. ALBUQUERQUE, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública da UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA — UNILAB, Campus dos Malês, São Francisco do Conde (BA).

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que consta em duas vias.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

- 1. O trabalho tem por objetivo geral, verificar a aplicabilidade das ferramentas de transparência implantadas pelo TCM/BA, a partir da Lei Federal n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação LAI) e seus impactos no Controle Social da administração pública nos municípios balanos e por objetivos específicos, a) Apresentar o papel institucional do TCM/BA como órgão de Controle Externo da administração pública junto aos municípios balanos; b) Esclarecer os dispositivos da Lei n. 12.527/2011 e sua relação com as ferramentas de transparência do TCM/BA, estimulando a participação cidadã para atuação junto ao controle social da administração pública;
- A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário estruturado de forma impressa;
- Fui informado e estou ciente de que n\u00e3o h\u00e1 nenhum valor econ\u00f3mico, a receber ou a pagar, por minha participa\u00e7\u00e3o, bem como, de que ao participar da presente pesquisa, n\u00e3o correrei nenhum risco;
- 4. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação; e
- Ful informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

1



ANEXO C

Maragojipe, 05 de dezembro de 2022

DECLARAÇÃO

Eu, Roberto Nonato Sousa Borba, brasileiro, portador da cédula de identidade N°07120936-05, residente à Rua Geni de Morais, n°09ª, Centro, no município de Maragojipe, licenciado em Letras Vernáculas pela Universidade Católica do Salvador, declaro, para os devidos fins de direito, que elaborei a correção gramatical do Trabalho de Conclusão de Curso de ANDRÉ LUÍS BAIÃO SENA, docente do curso de Bacharelado em Administração Pública, intitulado "Entraves e desafios enfrentados pela Guarda Civil Municipal de Maragojipe, em parceria com ICMBIO, no combate aos crimes contra o meio ambiente no período de 2015-2018".

Roberto Vonato Sousa Borba